

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA CENTRAL PERMANENTE DE
LICITAÇÕES DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS
DELEGADOS DE MACEIÓ, ALAGOAS.

Pregão Eletrônico – CPL/ARSER nº 24/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6500.048434/2014
Licitação BB Nº 690185

TOPSERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Carneiro Vilela, nº 104 Terreo, Aflitos na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, devidamente cadastrada no CNPJ/MF sob nº 09.281.162/0001-10, neste ato representada por seu representante legal devidamente qualificado e credenciado, vem, *com fulcro no Art. 4º, inciso XVIII da Lei nº. 10.520/02 e no subitem 14.1 do Edital de Licitação*, inconformada com a decisão que **DECLASSIFICOU** a proposta de preços da nossa empresa e Declarou Vencedora do Lote 1 do Pregão a empresa REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, consoante às razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

DA TEMPESTIVIDADE

A licitante tomou ciência da decisão do ilustre Pregoeiro através do site www.licitacoes-e.com.br no dia 13/12/2017. Considerando o prazo previsto no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº. 10.520/02, e subitem 14.1 do Edital, de 03 (três) dias



úteis para apresentar as razões recursais, tem-se como **data final, 18/12/2017**, segunda-feira. Portando, tempestivo é o presente recurso.

DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO

Trata-se de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é a Contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação predial, compreendendo o fornecimento de material de consumo, e emprego dos equipamentos adequados à execução dos trabalhos, para atendimento nas dependências das unidades administrativas e acadêmicas da Secretaria Municipal de Educação de Maceió nos termos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Toda licitação deve atender os Princípios Constitucionais de IGUALDADE, LEGALIDADE e RAZOABILIDADE, os quais devem nortear todos os Atos da Administração Pública, sendo que, equivocadamente não foram considerados no certame em epígrafe.

1) A empresa TOPSERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI, teve sua proposta de preços desclassificada devido a análise realizada pela comissão divulgada no site www.licitacoes-e.com.br no dia 21/11/2017, tendo declarada vencedora do lote 1 a empresa REAL JG no dia 13/12/2017. O que nos causou profunda estranheza a decisão do Ilustre Pregoeiro nesse processo específico, pois, a TOPSERVICE TERCEIRIZAÇÃO, apresentou as planilhas de custos e formação de preços, incluídas as especificações de preços unitários e totais dos salários, encargos, insumos, como também o modelo/marca dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, conforme exigência editalícia.

O motivo alegado pelo ilustre Pregoeiro para desclassificação da nossa proposta, se deve ao fato de não ter identificado entre os itens apresentados, o anexo 4 do Termo de Referência, dessa forma, foi considerado por ele, erro não sanável, e passível de desclassificação.



Pois bem, a Egrégia Corte de Contas da União tem entendimento pacificado com relação ao tipo de erro sanável, vejamos o voto do relator Ministro Valmir Campelo no Processo nº TC 028.079/2013-2:

2. A dita retificação refere-se à atualização do valor do ticket-alimentação, definido na “Convenção Coletiva de Trabalho Terceirizado”, e à diminuição do percentual do SAT, com o ajuste da fórmula de cálculo. A essência da proposta seria mantida ao se verificar que a correção do percentual do seguro acidente diminuiria o valor global proposto e, em relação à diferença a maior decorrente da atualização do auxílio alimentação, essa seria compensada com a diminuição da margem de lucro da empresa, conforme declaração do licitante.

3. Sobre esse tema, são vários os julgados desta Corte (Acórdãos 2.104/2004, 1.791/2006, 1.179/2008 e 2.371/2009, todos Plenário, e Acórdão 4.621/2009, da 2ª Câmara) que, em casos similares, deliberou pelo aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, conforme excertos reproduzidos nos parágrafos 40 a 43 da instrução transcrita no relatório antecedente a este voto.

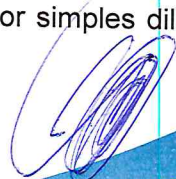
4. De modo semelhante aos casos apreciados nessas decisões, entendo que o ato de desclassificação em questão foi de **extremo rigor e pode culminar na perda da vantajosidade esperada do certame. Entendo que o rigorismo adotado na apreciação da proposta reprovada deveria ter sido mitigado com os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da supremacia do interesse público.**

5. Não há que se falar que o aproveitamento da proposta rejeitada culminará na perda da isonomia do certame, uma vez que não se trata de oportunizar a apresentação de nova proposta para uma empresa. Conforme já explicado, as correções pretendidas abarcam erros materiais que não impactam no valor global da proposta. (grifo nosso)

O referido entendimento do relator foi ratificado pela Corte através do Acórdão nº 187/2014 – TCU – Plenário, que no item 9.2 determina que:

9.2. **determinar**, com base no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e no art. 45, *caput*, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 251 do Regimento Interno do TCU, ao Ministério da Educação – MEC – que, no prazo de 15 (quinze) dias, no âmbito da Concorrência 1/2013, adote as providências necessárias ao exato cumprimento do disposto no art. 3º, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, **procedendo: a anulação do ato de desclassificação da empresa** Informação Publicidade Ltda., **e dos demais atos dele decorrentes, retornando, no caso de optar pela continuidade da licitação, à fase de avaliação das propostas;** (grifo nosso)

Ou seja, se a ausência ou preenchimento de forma equivocada pela licitante, o qual tenha possibilidade de correção, sem alteração do conteúdo da proposta, ou majoração do preço ofertado, DEVERIA ser sanado por simples diligência promovida



pelo Pregoeiro, sem com isso, segundo entendimento do TCU, dar margem para interpretação de perda da isonomia entre os participantes.

Como a ausência de memória de cálculo ensejaria em desclassificação, sem antes, ser objeto de diligência por parte da comissão, onde seria dado a essa empresa a oportunidade de encaminhar a planilha auxiliar e com isso sanar o erro sem alteração dos valores apresentados durante a fase de lances.

Vejamos o entendimento do Ministro Bruno Dantas do Tribunal de Contas da União:

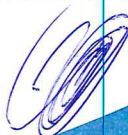
12. Ao indicar novos motivos para a desclassificação, sem conferir chance para que a licitante se pronunciasse quanto ao feito, julgo que a entidade agiu com formalismo exagerado. Embora no art. 48, inciso I, da Lei 8.666/1993, esteja prevista a desclassificação das propostas em desconformidade com o ato convocatório da licitação, fato é que o rigorismo excessivo na apreciação das propostas deve ser mitigado, com fulcro em outros princípios, tais quais os da proporcionalidade, da razoabilidade, da economicidade e da supremacia do interesse público. Não merece prosperar a alegação de atentado ao princípio da isonomia, pois não se fala em oportunizar apresentação de proposta de preços nova por uma licitante, negando esse benefício às outras, mas apenas de correção de erros materiais, que não impactam no **valor global da proposta**. (Acórdão nº 2637/2015 – TCU – Plenário; Processo nº TC 013.754/2015-7) (grifo nosso).

No seu voto o Ministro do Egrégia Corte de Contas apresenta decisão prolatada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. ERRO MATERIAL NA PROPOSTA. IRRELEVÂNCIA. O ERRO MATERIAL CONSTANTE DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, FACILMENTE CONSTATÁVEL, NÃO É ÓBICE À CLASSIFICAÇÃO DA MESMA. (TJDFT 5043398 DF, Relator: ANGELO PASSARELI, Data de Julgamento: 18/11/1999, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 09/02/2000 Pág.: 17)

Seguindo o voto do Relator Ministro Bruno Dantas o Plenário do TCU decidiu:

9.2. com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, c/c art. 45, caput, da Lei 8.443/1992, assinar prazo de 15 (quinze) dias para que a Fundação Nacional de Saúde adote as providências necessárias à anulação do ato de desclassificação da proposta da empresa [xxxxxx], bem como dos atos subsequentes, facultando a retomada do processo licitatório no momento de análise da referida proposta, em razão de aplicação de formalismo exagerado e do não atendimento do interesse público no critério de julgamento, contrariando o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e os arts. 24 e 29-A, caput e § 2º, da IN-SLTI/MPOG 2/2008, bem como a jurisprudência do TCU (Acórdãos 834/2015, 2.371/2009,



1.179/2008, 1.791/2006 e 2.104/2004, todos Plenário, e Acórdão 4.621/2009, da 2ª Câmara), informando a esta Corte, no mesmo prazo, as medidas adotadas; (Acórdão nº 2637/2015 – TCU – Plenário; Processo nº TC 013.754/2015-7)

Para se evitar situações em que o excesso de apego a formalidade no curso dos procedimentos licitatórios deve-se interpretar a Lei e o Edital como veiculando “exigências instrumentais”, expressão muito bem colocada por Marçal Justen Filho. É dizer, o certame não se presta a verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir-se do modo mais conforme ao texto da lei, mas sim, a bem da verdade, a verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa para a Administração.

Desse modo os argumentos apresentados para desclassificação da proposta da TOPSERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI são inconsistentes, devendo a decisão ser revista por este Ilustre Pregoeiro, visando evitar o descumprimento dos princípios básicos norteadores de todos os processos licitatórios, como a legalidade, razoabilidade e seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

CONCLUSÃO

Conclui-se, assim, que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar dos princípios norteadores do Direito Administrativo, seja para garantir a segurança e a estabilidade às relações jurídicas dele decorrentes, seja para assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes.

Dos argumentos expostos, restou demonstrada a necessidade de revisão da decisão de desclassificação da empresa TOPSERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI, vez que tal decisão afronta os princípios da legalidade, razoabilidade e Igualdade; estes inerentes à lisura de qualquer processo administrativo licitatório.

Assim, a recorrente pugna pelo conhecimento e processamento do presente Recurso, para, no mérito, dar-lhe integral provimento, para que seja reformada a decisão, impondo-se, por conseguinte, após a reforma da Decisão do ilustre Pregoeiro, que seja anulada a Decisão que Declarou Vencedora do Lote 1 da licitação a empresa REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI, se dê continuidade aos trabalhos retomando o Processo para fase de análise da proposta da TOPSERVICE, para que



seja realizada sua CLASSIFICAÇÃO, ou, querendo, seja concedido prazo para que ela efetue os ajustes devidos sem com isso majorar o valor global total proposto.

Por fim, informamos que de acordo com os parágrafos, 1º e 2º e caput do artigo 113 da Lei nº. 8.666/93, a recorrente poderá remeter uma cópia desta impugnação ao TRIBUNAL DE CONTAS para fins de fiscalização e controle da atividade desenvolvida pela autoridade administrativa.

Caso não haja retratação do pregoeiro, que o presente recurso seja encaminhado à autoridade superior.

Nestes termos.

Pede e Espera deferimento.

Recife/PE, 15 de Dezembro de 2017.

VICTOR MANUEL RIBEIRO CALÇÃO FILHO

Victor Manuel Ribeiro Calção Filho
Titular
RG: 8.742.246 SDS/PE
CPF: 095.610.824-54